



16º Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais

Tema: "40 anos da "Virada" do Serviço Social"

Brasília (DF, Brasil), 30 de outubro a 3 de novembro de 2019

Eixo: Serviço Social, Fundamentos, Formação e Trabalho Profissional.

Sub-eixo: Ênfase em Fundamentos.

OS FUNDAMENTOS HISTÓRICOS, TEÓRICOS E METODOLÓGICOS DO SERVIÇO SOCIAL LATINO-AMERICANO E OS DESAFIOS PARA A FORMAÇÃO PROFISSIONAL EM TEMPOS DE CRISE DO CAPITAL.

Paula Silva Leão¹

Patricia da Silva Coutinho²

Resumo: Neste trabalho fizemos uma reflexão teórica sobre os Fundamentos Históricos, Teóricos e Metodológicos do Serviço Social Latino-americano. Analisamos criticamente, buscando relacionar os fundamentos da profissão, os principais desafios ressaltando a importância do papel pedagógico e a dimensão socioeducativa do Serviço Social para a construção e efetivação de um projeto emancipatório classista.

Palavras-chave: Fundamentos Históricos; Desafios Profissionais.

Abstract: In this work we made a theoretical reflection on the Historical, Theoretical and Methodological Foundations of the Latin American Social Service. We analyze critically the main challenges, emphasizing the importance of the pedagogical role and the socio-educational dimension of the Social Service for the construction and implementation of a class-based emancipatory project.

Keywords: Historical Foundations; Professional Challenges.

INTRODUÇÃO

Nossa reflexão teórica trata da compreensão do significado dos Fundamentos Históricos, Teóricos e Metodológicos para o Serviço Social, bem como o espaço que ocupam na profissão na atualidade, visualizando os possíveis desafios postos à profissão.

Entendemos que a teoria reproduz conceitualmente o real sendo, portanto, construção intelectual que proporciona explicações aproximadas da realidade e, assim sendo, supondo uma forma de autoconstituição, um padrão de elaboração, que convencionamos chamar de método, uma maneira de

¹ Estudante de Pós-Graduação. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. E-mail: < paulasleao@gmail.com>.

² Estudante de Pós-Graduação. Universidade Federal de Juiz De Fora. E-mail: < paulasleao@gmail.com>.

abordar o real, a trajetória histórica e teórica. Tendo o trabalho como eixo central do processo de reprodução da vida social, tratado como pr. eixo.

Refletimos também sobre as principais tendências históricas e teórico-metodológicas da profissão, posicionando o entendimento de que a reprodução das relações sociais na sociedade capitalista, a partir da teoria crítica, é entendida como reprodução da totalidade concreta desta sociedade e suas contradições.

Situamos brevemente os principais movimentos históricos da profissão de 30 a 70 e posteriormente na última parte de 80 até os dias atuais, e ao final, pontuamos os diversos avanços da categoria, incorporando na atualidade questões como feminismo, diversidade sexual, bem como combate ao racismo.

Esse momento de sociabilidade implica contradições básicas: por um lado, a “igualdade” jurídica dos cidadãos livres é inseparável da desigualdade econômica, derivada do caráter cada vez mais social da produção, contraposta à apropriação privada do trabalho alheio (quem produz não é quem se apropria da totalidade do resultado do trabalho, da riqueza criada coletivamente). Por outro lado, o crescimento do capital corresponde à crescente pauperização relativa do Trabalhador. Esta é a lei geral da produção capitalista, que se encontra na raiz da “questão social” nessa Sociedade, objeto do Serviço Social. Assim, o processo de reprodução das relações sociais não é mera repetição ou reposição do instituído. É, também, criação de novas necessidades, de novas forças produtivas sociais do Trabalho em cujo processo se aprofundam as desigualdades e criam-se novas relações sociais entre os homens na luta pelo poder e pela hegemonia entre diferentes classes e grupos na sociedade. Essa é uma noção aberta ao vir a ser histórico, a criação do novo, que captura movimento e atenção das relações sociais entre as classes e sujeitos que as constituem, as formas mistificadas que se revestem, assim como as possibilidades de ruptura com a alienação, por meio da ação criadora dos homens na construção da história.

Portanto, nesse trabalho tivemos a preocupação em afirmar a ótica da totalidade na apreensão da dinâmica da vida social procurando compreender como os fundamentos do Serviço Social acompanha os movimentos da profissão, mas

também da sociedade, considerando, como dissemos no início, possíveis desafios para a profissão.

A conjuntura Latino-americana e a identificação do Serviço Social Brasileiro

Para esta reflexão, procuramos contextualizar a História do Serviço Social na América Latina, nos posicionando contra as interpretações da história do Serviço Social que reduzimos a “simples prolongamentos dos deslocamentos que a profissão alcançava na Europa”, para salientar a história social e política operante nos países, atribuindo particularidades ao processo social latino-americano e ao Serviço Social nele inscrito.

Parte-se, assim, da análise, ainda que sumária, do processo de incorporação pela produção de ideias de conteúdos doutrinários do pensamento social da Igreja Católica, em seu processo de institucionalização no Brasil e das principais matrizes teórico-metodológicas acerca do conhecimento do social na sociedade burguesa.

Os referenciais orientadores das reflexões e da ação do Serviço Social da época tinham suas fontes na Doutrina Social da Igreja e, no Brasil, influência do ideário franco-belga de ação social e no pensamento de São Tomás de Aquino (século XII): o tomismo e neotomismo (retomadas em fins do século 19 do pensamento tomista por Jacques Maritain na França e pelo Cardeal Mercier na Bélgica tendo em vista “aplicá-lo” às necessidades do nosso tempo).

Em meados de 1930, o Estado brasileiro transformou a questão social em problema de administração, desenvolvendo políticas e agências de poder estatal nos mais diversos setores da vida nacional.

Em 1932, é criado o Centro de Estudos e Ação Social - CEAS que foi fundador e mantenedor da primeira Escola de Serviço Social do país, que era mantido pelas mensalidades das sócias e tinha como objetivo difundir a doutrina e ação social da igreja. Essa orientação ocorre no momento em que a Igreja, como força social, mobiliza o laicado a partir das diretrizes da *Rerum Novarum*

(1891) e do *Quadragesimo Anno* (1931) encíclicas papais que assumiram um posicionamento antiliberal e antissocialista.

O CEAS proporcionava cursos sobre filosofia, moral, legislação do trabalho, encíclicas, dentre outros. Em 1932, cria os Centros Operários que, posteriormente vieram a se tornar sede da Juventude Operária Católica e, adiante, serviriam como campo de estágio para estudantes de Serviço Social, e envia a Bruxelas, na Bélgica, Maria Kiehl e Albertina Ramos para realizar o curso de Serviço Social, uma vez que Odila Cintra Ferreira já possui a formação Social pela Escola Normal social de Paris, mesclando as duas influências; em 15 de fevereiro de 1936, inaugura-se a primeira Escola de Serviço Social no país, de que posteriormente a PUC de São Paulo tornou-se mantenedora.

Enquanto no Brasil o Serviço Social era orientado por posicionamentos moralistas, humanista-conservadores, contrários aos ideais liberais e marxistas na busca de recuperação da hegemonia do pensamento social da Igreja em face da “questão social”, na Argentina e no Chile, clamava-se ao racionalismo higienista (ideário do movimento de médicos higienistas que exigiam a intervenção ativa do Estado sobre a questão social pela criação da assistência pública, que deveria assumir um amplo programa preventivo na área sanitária, social e moral).

A partir de 1940, o Serviço Social brasileiro avança tecnicamente ao entrar em contato com Serviço Social estadunidense e suas propostas de trabalho premiadas pelo caráter conservador da teoria social-positivista. Na nossa compreensão, trata-se de avanço, porque nem doutrinário, nem conservadorismo constituem teorias sociais. A doutrina caracteriza-se por ter uma visão de mundo abrangente fundada na fé e em dogmas.

Assim é a perspectiva positivista, que restringe a visão de teoria ao âmbito do verificável, da experimentação e da fragmentação. Por sua orientação funcionalista, essa perspectiva é absorvida pelo Serviço Social, configurando para a profissão propostas de trabalho ajustadoras e um perfil manipulatório, voltado para o aperfeiçoamento dos instrumentos e técnicas para intervenção, com as metodologias de ação, com a “busca de padrões de eficiência, sofisticação de modelos de análise, diagnóstico e planejamento, enfim uma

tecnificação da ação profissional que é acompanhada de uma crescente burocratização das atividades institucionais" (YAZBEK, 1984, p. 71).

O questionamento dessa perspectiva começa a surgir nos anos 60 no contexto de mudanças impostas à América Latina, quais sejam: um estilo de desenvolvimento excludente e subordinado. A profissão absorve as inquietações e insatisfações deste momento histórico e direciona seus questionamentos em nível global, influenciado pelas "inquietações revolucionárias" latino-americanas, em especial em Cuba, o aceno do Cone Sul na Argentina, a greve geral do Uruguai e o governo Allende no Chile, movimentos de resistência que instigam o Serviço Social em níveis teórico, metodológico, operativo e político. Esse movimento de renovação que surge no Serviço Social na sociedade latino-americana impõe aos assistentes sociais a necessidade de construção de um novo projeto comprometido com as classes subalternas, evidenciada sem suas mobilizações. Desta maneira, com as diversas manifestações latinas, de acordo com cada realidade apresentada, a teoria social de Marx se apresenta, nas palavras de Yazbek em um "tortuoso processo"(YAZBEK, 2009, p. 7).

O movimento de reconceituação passou diante das conjunturas sociais particulares dos países do continente europeu, confrontando diversas tendências: a fundamentação do exercício profissional e dos posicionamentos teóricos do Serviço Social, em tempos de ditadura militar e de impossibilidade de contestação política, tendo como exemplo Araxá e Teresópolis, expressões que demonstravam a escolha por um projeto tecnocrático modernizador.

A formação e o exercício profissional no Brasil aos poucos vão se modificando e, até o final da década de 70, tinha-se alguns desdobramentos das Vertentes de análise que emergiram no bojo do movimento de reconceituação, tinha-se, segundo Yazbek apud Netto, (Yazbek, 2009, p 8 e 9), as seguintes vertentes:

- Modernizadora assinalada pela inclusão de abordagens funcionalistas/estruturalistas e posteriormente sistêmica de matriz positivista, voltadas a modernização conservadora e à melhoria do sistema pela mediação do desenvolvimento social e do enfrentamento

da marginalidade e da pobreza na perspectiva de integração da sociedade;

- Fenomenológica, voltada ao ser humano, as vivências dos sujeitos, tendo o Serviço Social que adaptar o sujeito a sociedade, uma forma de reatualização do conservadorismo inicial da profissão; e
- Marxista que remete a profissão à consciência de sua inserção na sociedade de classes e que no Brasil vai configurar-se, em um primeiro momento, como uma aproximação ao marxismo de bolso, sem remeter diretamente ao pensamento de Marx;

Tais movimentos, ou tendências de inspiração teórica da profissão, configuraram a fundamentação teórica que conhecemos e estudamos em nossa formação, por fazer parte do movimento real e histórico, percebemos que elas se conservaram presentes, muito embora houvesse todo o movimento de reconceituação, trazendo os referenciais emergentes do novo século analisado pela concepção crítica da sociedade.

Os caminhos dos FHTMSS para a formação profissional a partir dos anos 80

As décadas de 80 e 90 no Brasil foram marcadas por crises financeiras, endividamento do Estado e aumento do índice de pobreza na América Latina, assim 80 e 90 foram décadas adversas para as políticas sociais, erodindo as bases dos sistemas de proteção social, direcionando as intervenções do Estado a questão social. As políticas sociais são relacionadas e subordinadas às políticas de estabilização da economia, em que a opção do liberal na área social passa pelo apelo à filantropia e à solidariedade da sociedade civil, por programas focalizados de combate à pobreza no âmbito do Estado; assim, nossas indagações são postas ao Serviço Social, seja do ponto de vista da intervenção, seja do ponto de vista da construção do seu corpo de conhecimentos.

O Serviço Social, neste momento, enfrenta o desafio de interpretar a lógica do capitalismo contemporâneo, sobretudo em relação às mudanças no

mundo do trabalho e sobre os processos mal elaborados dos sistemas de proteção social e de política social em geral. Lógicas estas reiteram a desigualdade e constroem formas despolitizadas de abordagem da questão social fora do mundo público e dos espaços democráticos de representação e negociação dos interesses em jogo nas relações Estado/Sociedade.

A opção neoliberal por programas focalizadores e seletivos de combate à pobreza, bem como o avanço do ideário da “sociedade solidária” implica a transferência para a sociedade das responsabilidades de enfrentamento à pobreza e exclusão social, exemplos puderam ser observados em diversos países latino-americanos, como Brasil, Chile e Argentina.

Para Netto (1999), é fundamental assinalar que as transformações societárias que caracterizam essa década, encontravam um Serviço Social consolidado e maduro na sociedade brasileira, uma profissão com avanços e acúmulos, que, ao longo desta década construiu, com ativa participação da categoria profissional, através de suas entidades representativas, um projeto ético-político profissional para o Serviço Social brasileiro, que integra valores, escolhas teóricas e interventivas ideológicas, políticas, ética, normatizações acerca de direitos e deveres, recursos políticos organizativos, processos de debate, investigações e, sobretudo, interlocuções críticas com o momento da sociedade da qual a profissão é parte e expressão.

Na perspectiva das referências teórico-metodológicas, a questão primeira que se coloca para a profissão já no início da década de 80 é o confronto com a denominada “crise” dos modelos analíticos, explicativos na Ciências Sociais, que buscam captar o que está acontecendo no fim do século e as grandes transformações que alcançam múltiplos aspectos da vida social.

Estes questionamentos se voltam contra os diferentes “modelos” explicativos por suas macroabordagens, apontando que, nessas macronarrativas, são deixados de lado valores e sentimentos fundamentais dos homens, seu Imaginário, suas crenças, afeições, os saberes do cotidiano, os elementos étnicos, religiosos, culturais, enfim. A abordagem pós-moderna dirige sua crítica à razão afirmando-a como instrumento de repressão e padronização, propõe a superação das utopias, denuncia a administração e o disciplinamento da vida, recusa a abrangência das teorias sociais com suas análises

totalizadoras e ontológicas sustentadas pela razão e reitera a importância do fragmento, do intuitivo, do efêmero e do microssocial (em si mesmo), restaurando o pensamento conservador e antimoderno. Seus questionamentos são também dirigidos à ciência que esteve mais a serviço da dominação do que da emancipação dos homens. Assim, ao firmar a rejeição à ciência, o pensamento pós-moderno rejeita as categorias da razão (da modernidade) que transformaram os modos de pensar da sociedade até então, buscando resgatar valores negados pela modernidade e criando o universo descentrado, fragmentado relativo e fugaz. Para Harvey (1992), as características da pós-modernidade são produzidas historicamente e se relacionam com a emergência de formas mais flexíveis de acumulação do Capital.

A complexidade da temática não está na abordagem de questões microssociais, locais ou que envolvam dimensões dos valores, afetos e da subjetividade humana (questões de necessário enfrentamento), mas está na recusa da razão e na contextualização, na ausência de referentes históricos estruturais, no não-reconhecimento de que os sujeitos históricos encarnam processos sociais, expressam visões de mundo e têm suas identidades sociais construídas na tessitura das relações sociais mais amplas. Relações que se explicam em teorias sociais abrangentes e que configuram visões de mundo onde o particular ganha sentido referido ao genérico.

Todo esse debate que é apresentado no âmbito das Ciências Sociais contemporâneas como crise de paradigmas em termos da capacidade explicativa das teorias recoloca a polêmica Razão/ Intuição que tem repercussões significativas na pesquisa, na construção de explicação sobre a realidade e na definição de caminhos para ação.

Especificamente no Serviço Social, estas questões também se colocam, apesar da vitalidade do Marxismo como paradigma de análise e compreensão da realidade e apesar do projeto profissional se posicionar pela ruptura com o conservadorismo que caracterizou a trajetória do Serviço Social no país.

Efetivamente, os desdobramentos desta “crise” de referenciais analíticos, permeiam polêmicas profissionais dos dias atuais e se expressam pelo confronto com o conservadorismo que se atualiza em tempos “pós-modernos” e de financeirização da educação e expansão do ensino à distância.

Assim, colocam-se como desafios ao Serviço Social, ao longo de toda a década de 90 e anos 2000 em diante, a consolidação do projeto ético-político, teórico-metodológico e operativo que se vem construindo particularmente sobre a influência da teoria marxista, “mas incorporando valores válidos em outras fontes e vertentes e, pois, sem vínculos estreitos ou sectários, aquelas matrizes estão diretamente conectadas ao ideal de solidariedade posto pelo programa na modernidade. Do ponto de vista teórico-metodológico, permanecem as tensões e ambiguidades no Serviço Social, que, apesar da ruptura com o histórico conservadorismo e da legitimidade alcançada pelo pensamento marxista, ampliam-se as preferências de outras correntes teórico-metodológicas, particularmente no âmbito da influência do pensamento pós-moderno e neoconservador e das teorias herdeiras da “perspectiva modernizadora” caracterizada por seu caráter sistêmico e tecnocrático.

Considerações Finais

Para finalizar, assinalamos que o Serviço Social brasileiro, que se defronta com complexas transformações societárias, não está desprovido de qualificações, trata-se de uma profissão que alcançou maturidade e que vem se constituindo de forma hegemônica e não homogênea, criticando o ecletismo, mas respeitando o pluralismo do pensamento social em seus diversos espaços de ação. Mas que, ainda, considerando as crises atuais do capital, seus enfrentamentos postos aqui como desafios, precisa pautar com extrema prioridade a inclusão das temáticas de raça, gênero e etnia com seriedade e não as tratar como temáticas transversais, é preciso um reordenamento da compreensão da formação, já compreendendo a dimensão da educação como mercadoria, desprovida de qualidade e criticidade.

Neste contexto, cabe-nos ressaltar uma pequena reflexão sobre os desafios da atuação profissional frente à retirada devastadora de direitos da classe trabalhadora. O assistente social atua no cotidiano através da mediação de complexas expressões de desigualdade social diante de uma retração nos investimentos em políticas sociais.

É sabido que todos os desafios postos são pontuados e amplamente dialogados com as entidades da profissão, isso ressaltado no último Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social - ENPESS, escancarando a necessidade de ampliação das ações políticas que somem ao debate étnico-racial, pautando um projeto de Formação alinhado às lutas antirracistas, bem como de uma formação crítica. Cabe destacar que o tema da atual gestão do Conjunto CFESS-CRESS é “Assistentes social contra o racismo”. Consideramos o maior desafio da profissão não conseguir chegar, com todas as reflexões, ao assistente social da base, que, por inúmeras pressões na sua condição de trabalho, não consegue fazer o enfrentamento crítico. Faz-se necessária a compreensão de que, na categoria, as condições atuais de trabalho do assistente social, extremamente precarizadas, coloca-o também na condição de excluído, excluído de uma formação de qualidade, de debates e reflexões da profissão, dadas inclusive, pela condição geográfica das cidades, estados e país. Sem o trabalho com as bases não é possível a consolidação do projeto ético-político da profissão.

Entendemos que o Serviço Social é uma profissão que intervém nas expressões da questão social e é preciso considerar que a legitimidade social da profissão é conferida pelas respostas oferecidas às demandas profissionais, estas, em sua maioria, configuradas enquanto demandas imediatas e emergenciais. Consideramos que é preciso ultrapassar a imediaticidade cotidiana para conhecer a realidade em suas múltiplas determinações, principalmente, porque, segundo Coelho (2013, p.90) “a essência se oculta cada vez mais na imediaticidade da vida cotidiana”. Interrogamo-nos, no entanto, se há uma atual crise de legitimidade e hegemonia do fazer profissional, uma vez que, nos diversos espaços sócio-ocupacionais, as precárias condições de trabalho e o corte devastador de recursos e de direitos, interferem e rebatem diretamente no cotidiano de atuação. Frente à ausência do Estado como agente social de garantia de direitos, enfatizando a “desproteção social”, temos vivenciado na atualidade um processo de “exclusão de cidadania”?

Compactuamos com Fávero e Forti (2014) ao referir acerca das possibilidades e desafios na consolidação do projeto ético-político profissional,

Exige organização política e resistência por meio de lutas coletivas, aliadas ao investimento na capacidade criativa e propositiva para, no dia a dia do exercício profissional, fazer valer ações que se contraponham a manifestações conservadoras, moralistas e preconceituosas. (FÁVERO; FORTI, 2014, p.41-43)

É preciso compreender que se o Serviço Social crítico não realiza um trabalho de base, ele tende a desaparecer com o tempo, ao perceber "que a qualidade dentro da quantidade faz a quantidade ter qualidade". Então, se nós quisermos dar qualidade as nossas bases dispersas que vivem nas periferias, nos cantões do nosso país e tantos e tantas outras dispersas na base dos partidos, nos movimentos sociais populares e sindicais, nós temos que nos inserir no meio delas e, com a teoria científica da organização, formar bases sólidas, construir os quadros com capacidade política, participar das organizações e das massas, tendo a prática da organização e da mobilização, e, assim, nos dirigir em busca de uma transformação societária. Desse modo, ressaltamos que a questão aqui proposta não equipara o Serviço Social, uma profissão socialmente reconhecida, com atividade de militância, mas ressalta a importância do papel pedagógico e a dimensão socioeducativa do Serviço Social para a construção e efetivação de um projeto emancipatório classista.

REFERÊNCIAS

- COUTINHO,
Carlos Nelson. Pluralismo: dimensões teóricas e políticas. In: Cadernos ABESS n. 4. Ensino em Serviço Social: pluralismo e formação profissional. São Paulo, Cortez, maio 1991.
- COELHO, Marilene. Imediaticidade na prática profissional do Assistente Social. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2013.
- FÁVERO, Eunice Teresinha; e FORTI, Valéria Forti. Serviço Social no campo sociojurídico: possibilidades e desafios na consolidação do projeto ético-político profissional. Revista Conexões Geraes/CRESS-MG, v. 3, n.5 – Belo Horizonte, 2014.
- HARVEEY, David. Condição Pós-moderna. São Paulo, Loyola, 1992.
- IAMAMOTO, Marilda V.; CARVALHO, Raul de. Relações Sociais e Serviço Social no Brasil. Esboço de uma interpretação histórico-metodológica. São Paulo, Cortez Ed., CELATS (Lima-Perú), 1982.
- IAMAMOTO,
Marilda V. Renovação e Conservadorismo no Serviço Social. Ensaios críticos. São Paulo, Cortez Ed., 1992.
- NETTO, José Paulo. Ditadura e Serviço Social. São Paulo, Cortez, 1994.
- _____. Transformações Societárias e Serviço Social - notas para uma análise prospectiva da profissão no Brasil. In: Serviço Social e Sociedade n. 50. São Paulo, Cortez, abril, 1996.
- SILVA e SILVA, M. Ozanira (coord.). O Serviço Social e o popular: resgate teórico metodológico do projeto profissional de ruptura. São paulo, Cortez, 1995.
- YAZBEK,
Maria Carmelita (Org). Projeto de revisão curricular da Faculdade de serviço social da PUC/SP. In: Serviço Social e Sociedade n. 14. São Paulo, Cortez, 1984.
- YAZBEK, Carmelita. O significado sócio histórico da profissão In: CFESS/ABESS (Orgs.). Serviço social: direitos sociais e competências profissionais. Brasília: CFESS/Abepss, 2009.
- YAZBEK, Carmelita. Fundamentos históricos e teórico metodológicos do Serviço Social. In: CFESS/ABESS (Orgs.). Serviço social: direitos sociais e competências profissionais. Brasília: CFESS/Abepss, 2009.